

GUSTAVO PREVIDI VIEIRA DE BARROS

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E CINESOFIA. ESTUDO DO
CASO DOS IRMÃOS NAVES**

Piracicaba, SP
2011

GUSTAVO PREVIDI VIEIRA DE BARROS

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E CINESOFIA. ESTUDO DO
CASO DOS IRMÃOS NAVES**

Orientador: Prof. Dr. **RUI DÉCIO MARTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Direito) da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Professor Doutor Rui Décio Martins.

Núcleo: Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania.

Piracicaba, SP
2011

DIREITOS FUNDAMENTAIS E CINESOFIA. ESTUDO DO CASO DOS IRMÃOS NAVES

Autor: Gustavo Previdi Vieira de Barros

Orientador: Prof. Dr. Rui Décio Martins

B A N C A E X A M I N A D O R A

10/02/2011

Prof. Dr. Rui Décio Martins
Presidente/Orientador

Prof. Dr. José Renato Martins
Membro

Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca
Membro Convidado

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho somente foi possível graças às bênçãos de Deus, bem como aos muitos colaboradores diretos ou indiretos, dos quais sou eterno devedor. Agradeço a todos e, em especial:

Ao Professor Doutor **Rui Décio Martins**, pela dedicação, confiança depositada e os sempre necessários conselhos e orientação no decorrer da orientação desta pesquisa;

Ao Professor Doutor **José Renato Martins**, pela valiosa contribuição quando de minha Banca de Qualificação, sendo seus apontamentos e sugestões de grande valia para o aperfeiçoamento desta dissertação;

Ao Professor Doutor **Paulo César Souza Manduca**, pelo aceite em participar como membro convidado em minha defesa pública de dissertação de Mestrado em Direito, tendo o autor desde já a certeza de que suas considerações serão muito úteis para meu aperfeiçoamento acadêmico;

Ao amigo **Alberto Luiz de Oliveira**, com quem muito aprendi na advocacia da área criminal;

Ao amigo **João Florêncio de Salles Gomes Júnior**, pelo salutar convívio acadêmico, carinho, amizade, lealdade e, principalmente, pela cumplicidade na defesa da liberdade dos necessitados;

Aos amigos **Luís Renato Vedovato**, **Áurea Moscatini**, **Rodolpho Vanucci** e **Ana Lia Sampaio Machado de Souza**, por tudo que me proporcionaram em minha vivência acadêmica e pelo apoio e motivação no desenvolvimento deste trabalho;

Ao Exmo. Juiz da Vara do Júri de Campinas **José Henrique Rodrigues Torres**, com quem muito aprendi sobre a dinâmica dos julgamentos no Tribunal do Júri, enriquecendo muito este trabalho.

Às secretárias do Setor de Pós-Graduação da Unimep, **Dulce Helena dos Santos** e **Sueli Catarina Verdichio Quiles**, pela amizade, disposição, competência, e simpatia no atendimento ao alunado em geral;

Ao secretário da Faculdade de Direito da Unimep, **Norberto Salvagni**, pela colaboração no tratamento estético desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para que eu conseguisse chegar a este estágio de meu Curso de Mestrado em Direito.

Muito obrigado!!

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

Lázaro Vieira de Barros Filho e Maria Silene Previdi de Barros, por serem exemplos de vida e o meus melhores amigos, incentivando-me a continuar trilhando o caminho do saber e sacrificando-se para que eu e meus irmãos pudéssemos ter um futuro melhor por intermédio dos estudos, transmitindo-nos inúmeros valores positivos, os quais levarei até o fim dos nossos dias;

Aos meus avós paternos:

Lázaro Vieira de Barros e Margarida Soares de Barros (ambos *in memoria*), por terem me proporcionado todo o carinho e dedicação necessário a boa formação do indivíduo;

Aos meus avós maternos:

Abílio Previdi e Maria Zanella Previdi (ambos *in memoria*), ao primeiro, proprietário de um cinema, por ter transportado para mim a paixão pela sétima arte, o que também veio a influenciar a escolha do tema desta pesquisa; à segunda, por ter me mostrado que, na vida, melhor é sempre escolher o caminho do bem, por mais árduo que ele possa parecer;

À minha esposa:

Gilmara de Lourdes Egydio, grande amor da minha vida, com quem sinto segurança, afeto, e com quem percebi nitidamente que vida só vale a pena quando existe amor;

À minha filha:

Clara Egydio Previdi de Barros, mais pura expressão do verdadeiro amor existente em minha sociedade conjugal, que veio a mundo para tornar a mim e minha esposa pessoas mais completas e dispostas a tudo para que “o fruto do nosso amor “ seja feliz;

Aos meus irmãos,

Eliezer Previdi Vieira de Barros e Hércules Previdi Vieira de Barros, pela cumplicidade, amizade, proteção e pelos exemplos de vidas e de profissionais, parâmetros estes que me influenciaram sobremaneira a trilhar o caminho dos estudos;

dedico este trabalho.

RESUMO

Considerado de extrema relevância, o tema aqui abordado é o Caso dos Irmãos Naves, ocorrido em 1937-1938, o qual, como se verá no decorrer deste estudo, teve repercussão internacional por ter envolvido prisão ilegal, confissões obtidas através de tortura com os requintes mais cruéis e inimagináveis nos dias atuais, em violenta discordância com os ditames do Código Penal e do Código de Processo Penal pátrios, por um assassinato pretensamente cometido. Discorre-se a respeito de todos os princípios de Direito que foram infringidos pelos responsáveis que efetuaram a prisão dos irmãos, mais tarde declarados totalmente inocentes em função do reaparecimento da suposta vítima. Dessa forma, discute-se direitos humanos, a tortura como prova no Direito Processual Penal Brasileiro, provas ilícitas, as prisões provisórias, as garantias constitucionais e processuais, a prática da (in)justiça no Brasil, as Constituições Federais da história do país, os princípios básicos do processo penal, a influência da mídia nos julgamentos, o Tribunal do Júri e, especialmente, a soberania dos veredictos.

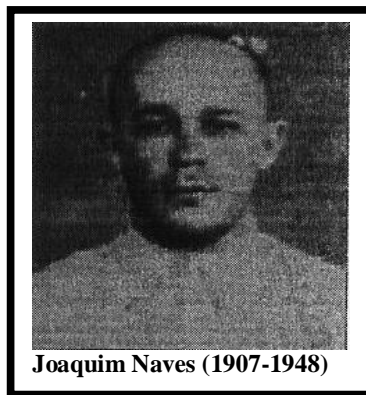
Palavras-chave: Caso dos Irmãos Naves; Direitos Humanos; Tribunal do Júri.

ABSTRACT

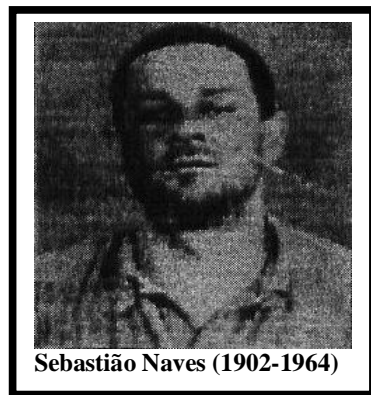
Considered extremely important, the issue addressed here is the Case of the Naves Brothers, which occurred in 1937-1938, which, as will be seen during this study, had international repercussions because involved illegal arrest, confessions obtained through torture with refinements most cruel and unimaginable today, in violent disagreement with the dictates of the Criminal Code and the Code of Criminal Procedure patriotic for a murder allegedly committed. This work also talks about all principles of law that were violated by officials who effected the arrest of the brothers, later declared totally innocent according to the reappearance of the alleged victim. Thus, discuss about human rights and torture as evidence in the Brazilian Penal Procedural Law, illegal evidence, the provisional arrest, the constitutional and procedural guarantees, the practice of (un) justice on Brazil, the Federal Constitutions in the country's history, the basic principles of criminal procedure, the influence of media trials, grand jury, and especially the sovereignty of verdicts.

Keywords: Case of the Brothers Naves; Human Rights; The Jury.

SOLILÓQUIO



Joaquim Naves (1907-1948)



Sebastião Naves (1902-1964)

“Importa ter cautela quando se trata de provas indiretas, pois que é particularmente por estas que muitas vezes se cria no espírito do homem uma certeza artificial e inexata, que toma o lugar do convencimento racional, uma certeza artificial e inconsulta, da qual não se saberia, querendo, apontar fria e calculadamente as razões determinantes; uma certeza de impulso, que, adquirindo força na imaginação, mais que na razão, pode facilmente arrastar a erros lastimáveis, de que há mil exemplos na história dos julgamentos penais.”

(Nicola Framarino Di Malatesta)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A CINESOFIA E O CASO DOS IRMÃOS NAVES.....	13
1.1 Cinema e Filosofia: uma breve abordagem.....	16
1.2 A Cinesofia e os direitos humanos sob a ótica de obras cinematográficas..	20
1.3 Uma breve introdução ao caso dos irmãos Naves.....	25
2 TRIBUNAL DO JÚRI: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	34
2.1 A criação do tribunal do júri no Brasil e a Constituição do Império.....	37
2.2 O júri no código de processo criminal de 1832.....	38
2.3 O júri na Constituição brasileira de 1891.....	40
2.4 As Cartas Magnas de 1934 e 1937, e o Decreto-lei nº 167, de 1938.....	42
2.5 A Constituição Federal brasileira de 1946.....	44
2.6 A Constituição Federal brasileira de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969.....	45
2.7 A Constituição Federal brasileira de 1988.....	46
2.8 O júri: sistema processual, direito e princípios básicos do processo... 51	
2.8.1 O sistema processual penal.....	51
2.9 Princípios básicos do processo penal.....	54
2.9.1 Princípios do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, do estado de inocência e da publicidade.....	54
2.10 O júri e mídia.....	62
2.10.1 Competência funcional do tribunal do júri.....	66
3 A PRÁTICA DA (IN)JUSTIÇA NO BRASIL.....	70
3.1 Breve histórico sobre os direitos humanos.....	71
3.1.1 A tortura como prova no direito processual penal.....	74
3.1.2 Provas ilícitas: sigilosas ou confidenciais.....	79
3.2 A prisão provisória e os requisitos para sua decretação: prisão temporária e preventiva.....	83
3.2.1 Prisão temporária: Lei 7.960/89.....	92
3.2.2 Prisão preventiva.....	95
3.2.3 A Convenção Americana de Direitos Humanos: deveres e obrigações para com os acusados em geral.....	101
3.3 Os tipos de recursos existentes no tribunal do júri.....	110

3.3.1 Garantias constitucionais e processuais.....	113
3.3.2 Direito de recorrer em liberdade.....	114
4 A CONSTITUIÇÃO E SOBERANIA DO JÚRI NUM ESQUEMA COMPARATIVO AO CASO DOS IRMÃOS NAVES.....	120
4.1 Fase de formação da culpa.....	121
4.1.1 Sobre a pronúncia.....	121
4.1.2 Sobre a impronúncia.....	124
4.1.3 Sobre a desclassificação.....	126
4.1.4 Sobre a absolvição sumária.....	128
4.2 O <i>status libertatis</i> na Constituição Federal brasileira de 1988: obrigação do Estado de indenizar o condenado por erro judiciário	129
4.3 A Constituição Federal brasileira no governo Getúlio Vargas (“Carta Polaca”): a soberania dos veredictos e os jurados.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163,